CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA – RECURSOS FISCAIS Nº 115 e 116/2005
PROCESSOS ORIGINAIS Nº 346.01387/2004 e 346.01395/2004
RECORRENTE: CASA DO PÃO LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES
Sessão realizada em 07/11/2006

ACÓRDÃO Nº 166/2006

EMENTA: ICMS – Obrigações acessórias. Inobservância da legislação.

1. Não cadastramento antes do início das atividades comerciais e a não utilização do equipamento emissor de cupom fiscal – ECF.
2. Recursos conhecidos e não providos, para manter as Decisões de Primeira Instância que julgaram procedentes os Autos de Infração lavrados.
3. Decisão unânime.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina (PI), 16 de novembro de 2006.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO - Presidente
CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES - Conselheiro-Relator
JOSÉ DE SOUSA BRITO - Conselheiro
JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO - Conselheiro
CHRISTIANNE ARRUDA - Procuradora do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO – CCE
SEGUNDA CÂMARA RECURSAL
RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 119/2004
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 29013.
RECORRENTE: BRANDÃO E VIANA LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº: 167/2006.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. PASSIVO FICTÍCIO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE RECEITAS. A CONSTITUIÇÃO VEDA A UTILIZAÇÃO DE TRIBUTO COM NATUREZA CONFISCATÓRIA. MÚLTA NÃO CONFISCATÓRIA. DECISÃO POR UNANIMIDADE. I - Estabeleceu a Lei 4.257/89, na alínea “b”, do inciso IV do parágrafo 4º do art. 64 que, “reputam-se realizadas as operações ou prestações tributáveis, sem pagamento do imposto, a constatação, pelo Fisco, de ocorrências que indiquem omissão da receita, tais como a diferença de valores apurados em levantamento técnico documental”. II - tributo tem natureza jurídica determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação (art. 3º do Código tributário Nacional- CTN), já a multa tem como natureza jurídica o descumprimento de dispositivo da legislação tributária, independente da intenção do agente, da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato. (art. 136 CTN). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, para confirmar a sentença singular da Primeira instância administrativa.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 17 de novembro de 2006.

Getúlio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA - RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 349/2005
PROCESSO DE ORIGEM: 501.00491/2004
RECORRENTE: NOBRE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO
Sessão realizada em 07/11/2006.

ACÓRDÃO Nº 168/2006

EMENTA: ICMS – Obrigação Acessória. Responsabilidade solidária. Inocorrência.

1. Auto de Infração lavrado pelo descumprimento de obrigações acessórias consubstanciado na utilização de estabelecimento sem a inscrição estadual.
2. A Fiscalização constatou, em 08/12/2004, a estocagem de adubos em depósito sem inscrição estadual localizado em Uruçuí, atribuiu a responsabilidade a José Aurélio Antonielli, procedeu a trancamento de estoque em nome da Fazenda Divinópolis, no Município de Baixa Grande do Ribeiro e lavrou o Auto de Infração em nome da Empresa Nobre Comércio e Representações Ltda., de Uruçuí.
3. A Recorrente comprovou que não tem nenhuma relação com o fato gerador, pois o depósito está registrado em nome da esposa do sócio, que não tem qualquer relação, formal ou informal, com a Empresa NOBRE.
4. O art. 128 do CTN apregoa que a lei somente pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a pessoa vinculada ao fato

gerador da respectiva obrigação.

5. Ressalte-se que as mercadorias objeto da autuação são isentas nas operações internas e não têm qualquer relação com o ramo de atividades da Recorrente, que está inscrita como uma madeireira.
6. Recurso conhecido e provido, para reformar Decisão de Primeira Instância, no sentido de anular o Auto de Infração lavrado.
7. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 17 de novembro de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente
José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro-Relator
José de Sousa Brito – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA - RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 350/2005
PROCESSO DE ORIGEM: 501.00492/2004
RECORRENTE: NOBRE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO
Sessão realizada em 07/11/2006.

ACÓRDÃO Nº 169/2006

EMENTA: ICMS – Obrigação Principal. Responsabilidade solidária. Inocorrência.

1. Auto de Infração lavrado pelo descumprimento de obrigações principais consubstanciado na utilização de estabelecimento sem a inscrição estadual.
2. A Fiscalização constatou, em 08/12/2004, a estocagem de adubos em depósito sem inscrição estadual, localizado em Uruçuí, atribuiu a responsabilidade a José Aurélio Antonielli, procedeu a trancamento de estoque em nome da Fazenda Divinópolis, no Município de Baixa Grande do Ribeiro e lavrou o Auto de Infração em nome da Empresa Nobre Comércio e Representações Ltda., em Uruçuí.
3. A Recorrente comprovou que não tem nenhuma relação com o fato gerador, pois o depósito este registrado em nome da esposa do sócio, que não tem qualquer relação, formal ou informal, com a Empresa NOBRE.
4. O art. 128 do CTN apregoa que a lei somente pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação.
5. Ressalte-se que as mercadorias objeto da autuação são isentas nas operações internas e não têm qualquer relação com o ramo de atividades da Recorrente, que está inscrita como uma madeireira.
6. Recurso conhecido e provido, para reformar Decisão de Primeira Instância, no sentido de anular o Auto de Infração lavrado.
7. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 17 de novembro de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente
José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro-Relator
José de Sousa Brito – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA - RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 458/2005
PROCESSO ORIGINAL Nº 301.02257/2004
RECORRENTE: MOAGEIRA SERRA GRANDE LTDA. (IE 19.405.776-3)
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO
Sessão realizada em 14 de novembro de 2006

ACÓRDÃO Nº 170/2006

EMENTA: ICMS. Obrigação principal. Levantamento Específico Documental. Diferença pelas saídas.

1. O Levantamento específico fundamenta-se no art. 63 da Lei 4.257/89 e no parágrafo 5º, inciso IV, alínea “b” do art. 166 do RICMS.
2. Consiste tal Levantamento em se confrontar, em um determinado período, as entradas de mercadorias (E) mais o estoque inicial existente (Ei) com as saídas de mercadorias (S) e o estoque final apurado ao fim desse período (Ef). Em síntese, é o seguinte: E + Ei = Ef + S.
3. As diferenças de valores apurados neste Levantamento permitem que se conclua sobre omissão de registro de entradas ou de saídas de mercadorias.
4. No presente caso, foram encontradas diferenças pelas entradas no item café, o que gera a presunção relativa da entrada desta mercadoria sem o recolhimento antecipado do imposto devido.
5. Recurso conhecido e não provido.
6. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 21 de novembro de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente e Relator
José de Sousa Brito – Conselheiro
José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado